

COLEÇÃO SOCIOLOGIA

Coordenador: Brasílio Sallum Jr. – Universidade de São Paulo

Comissão editorial:

Gabriel Cohn – *Universidade de São Paulo*
Irllys Barreira – *Universidade Federal do Ceará*
José Ricardo Ramalho – *Universidade Federal do Rio de Janeiro*
Marcelo Ridenti – *Universidade Estadual de Campinas*
Otávio Dulci – *Universidade Federal de Minas Gerais*



- *A educação moral*
Émile Durkheim
- *A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos*
VV.AA
- *Sociologia ambiental*
John Hannigan
- *O poder em movimento – Movimentos sociais e confronto político*
Sidney Tarrow
- *Quatro tradições sociológicas*
Randall Collins
- *Introdução à Teoria dos Sistemas*
Niklas Luhmann
- *Sociologia clássica – Marx, Durkheim e Weber*
Carlos Eduardo Sell
- *O senso prático*
Pierre Bourdieu
- *Comportamento em lugares públicos – Notas sobre a organização social dos ajuntamentos*
Erving Goffman
- *A estrutura da ação social – Vols. I e II*
Talcott Parsons
- *Ritual de interação – Ensaio sobre o comportamento face a face*
Erving Goffman
- *A negociação da intimidade*
Viviana A. Zelizer
- *Sobre fenomenologia e relações sociais*
Alfred Schutz
- *Os quadros da experiência social – Uma perspectiva de análise*
Erving Goffman
- *Democracia*
Charles Tilly
- *A representação do Eu na vida cotidiana*
Erving Goffman
- *Sociologia da Comunicação – Teoria e ideologia*
Gabriel Cohn
- *A pesquisa sociológica*
Serge Paugam (coord.)
- *Sentido da dialética – Marx: lógica e política – Tomo I*
Ruy Fausto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A pesquisa sociológica / Serge Paugam, (coordenador) ;
tradução de Francisco Morás. – Petrópolis, RJ :
Vozes, 2015. – (Coleção Sociologia)

Título original: *Enquête sociologique*
Bibliografia
ISBN 978-85-326-4918-8

1. Pesquisa sociológica – Metodologia 2. Sociologia
I. Paugam, Serge. II. Série.

14-11963

CDD-300.72

Índices para catálogo sistemático:
1. Pesquisa sociológica : Sociologia 300.72

Serge Paugam
(coord.)

A pesquisa sociológica

Tradução de Francisco Morás

 EDITORA
VOZES
Petrópolis

Sumário

Apresentação da coleção, 9

Introdução – A pesquisa sociológica em vinte lições, 11
Gerge Paugam

Parte I – A postura sociológica, 15

1. Afastar-se das prenoções, 17
Gerge Paugam

2. Problematizar, 33
Cyril Lemieux

3. Escolha e limites do modo de objetivação, 53
Gerge Paugam

Parte II – As técnicas de pesquisa, 65

1. Construir uma amostra, 67
Jean-Marie Firdion

2. A pesquisa por questionário, 85
Edelle Parnot

3. Concluir numa entrevista de face a face, 102
Yvonne Faubot

4. A observação direta, 124
Jean-Marie Chauvin e Nicole Jouin

5. O uso do arquivo em sociologia, 141
Françoise

6. "Pesquisa em rede e redes", 166
Hélène Fullochon

7. O método de observação quantitativa e qualitativa, 174
Christiane Leclercq, Françoise Leclercq e Emmanuelle Piquard

Parte III – Os métodos de análise, 183

11 O raciocínio etnográfico, 185
Stéphane Beaud e Florence Weber

12 O raciocínio estatístico em sociologia, 202
Marion Selz

13 Analisar um espaço social, 218
Julien Duval

14 Elaborar um tipo ideal, 238
Dominique Schnapper

15 A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal, 253
Mirna Safi

16 Interpretar as redes sociais, 270
Olivier Godechot

17 O raciocínio comparatista, 290
Serge Paugam e Cécile Van de Velde

Parte IV – A restituição dos resultados, 305

18 A escrita sociológica, 307
Cyril Lemieux

19 O sociólogo e as mídias, 325
Cécile van de Velde

20 O sociólogo e o político, 339
Serge Paugam

Conclusão – A reflexividade do sociólogo, 355

Índice dos autores, 359

Índice das matérias, 371

Apresentação da coleção

Brasílio Sallum Jr.

A *Coleção Sociologia* ambiciona reunir contribuições importantes desta disciplina para a análise da sociedade moderna. Nascida no século XIX, a sociologia expandiu-se rapidamente sob o impulso de intelectuais de grande estatura – considerados hoje clássicos da disciplina –, formulou técnicas próprias de investigação e fertilizou o desenvolvimento de tradições teóricas que orientam o investigador de maneiras distintas para o mundo empírico. Não há o que lamentar o fato de a sociologia não ter um *corpus* teórico único e acabado. E, menos ainda, há que esperar que este seja construído no futuro. É da própria natureza da disciplina – de fato, uma de suas características mais estimulantes intelectualmente – renovar conceitos, focos de investigação e conhecimentos produzidos. Este é um dos ensinamentos mais duradouros de Max Weber: a sociologia e as outras disciplinas que estudam a sociedade estão condenadas à eterna juventude, a renovar permanentemente seus conceitos à luz de novos problemas suscitados pela marcha incessante da história. No período histórico atual este ensinamento é mais verdadeiro do que nunca, pois as sociedades nacionais, que foram os alicerces da construção da disciplina, estão passando por processos de inclusão, de intensidade variável, em uma sociedade mundial em formação. Os sociólogos têm respondido com vigor aos desafios desta mudança histórica, ajustando o foco da disciplina em suas várias especialidades.

A *Coleção Sociologia* pretende oferecer aos leitores de língua portuguesa um conjunto de obras que espelhe o tanto quanto possível o desenvolvimento teórico e metodológico da disciplina. A coleção conta com a orientação de comissão editorial, composta por profissionais relevantes da disciplina, para selecionar os livros a serem nela publicados.

A par de editar seus autores clássicos, a *Coleção Sociologia* abrirá espaço para obras representativas de suas várias correntes teóricas e de suas especialidades, voltadas para o estudo de esferas específicas da vida social. Deverá também suprir as necessidades de ensino da Sociologia para um público mais amplo, inclusive por meio de manuais didáticos. Por último – mas não menos importante –, a *Coleção Sociologia* almeja oferecer ao público trabalhos sociológicos sobre a

Por que a análise das redes?

Florence Maillouhon

A literatura sobre as “redes” é pletórica e seus contornos difíceis de ser cercados, já que não existe um consenso sobre a noção de “rede social”¹³¹. Uma rede pode se definir *a minima* como um “entrelaçamento de relações entre atores”, mas ela pode revestir-se de outras acepções e ser apreendida em níveis diferentes. De acordo com os casos, este termo designa um objeto, um instrumento ou uma postura. Embora não se excluam na teoria, estas diferentes abordagens das redes sociais não se recortam necessariamente: as reflexões teóricas mais ambiciosas sobre as redes nem sempre se fazem acompanhar de explorações empíricas; reciprocamente, as abordagens mais técnicas nem sempre explicitam claramente os pressupostos teóricos sobre os quais elas repousam.

Historicamente, as obras epistemológicas apresentando o interesse de pensar a realidade social como uma rede são contemporâneas aos primeiros estudos de caso, o mais frequentemente os antropológicos. Eles precederam o advento da “análise das redes” ou a “análise (neo)estrutural” – segundo a tradição de Emmanuel Lazega¹³² – que, de acordo com Scott¹³³, continua uma verdadeira “revolução paradigmática” fornecendo um conjunto de instrumentos para estudar as propriedades matemáticas das redes consideradas como gráficos (cf. o cap. de Olivier Godechot). Os escritos teóricos consagrados à análise neoestrutural das redes¹³⁴ e seus inúmeros desenvolvimentos metodológicos constituem sem dúvida a vertente mais visível e a mais dinâmica da literatura atual. Seu caráter formal e técnico está sem dúvida na origem de seu sucesso, mas

torna sua abordagem delicada para os pesquisadores menos traquejados com as representações matemáticas. Antes de lançar-se em uma análise estrutural de redes, é melhor assegurar-se que ela constitui um instrumento adaptado à questão da busca ponderada. O objetivo deste capítulo é, portanto, recolocar a “análise de redes”¹³⁵, dominante atualmente, em um conjunto mais vasto integrando reflexões epistemológicas sobre a noção de redes ou de estudos de caso não formalizados. Trata-se assim de restituir a aprendizagem dos instrumentos ao contexto de sua utilização a fim de discernir bem seus alcances e seus limites. Este capítulo convida a não aplicar de cara o conceito fluido de “rede social” em uma pesquisa, mas a interrogar-se sobre sua pertinência, bem como a maneira de abordá-lo e de utilizá-lo. Alguns conselhos práticos para estudar as redes em sua dupla dimensão relacional e estrutural serão em seguida propostos.

Alguns usos da noção de “rede”

A noção de “rede social” é uma noção aviltada, razão pela qual ela merece algumas explicitações antes de ser empregada em um estudo sociológico. Seu caráter técnico não a protege efetivamente de um certo número de lugares comuns, ou de falsas evidências, portanto, urge tomar algumas precauções antes de começar uma pesquisa.

Uma “rede”, fato social ou categoria de análise?

Segundo os contextos, a “rede” pode ser considerada um “fato social” – uma realidade que se imporia por si mesma e faria sentido junto às pessoas implicadas ou uma “categoria de análise” geralmente empregada exclusivamente pelos pesquisadores. Existe efetivamente um certo número de redes já institucionalizadas: redes de ajuda mútua, por exemplo (rede de educação sem fronteira, redes de famílias rurais etc.), de círculos (às vezes prestigiados, como os clubes das celebridades estudados por Monique Pinçon-Charlot e Michel Pinçon¹³⁶) que têm por si mesmos uma existência social e podem, pois, ser estudados como objetos de pesquisa em si. Em contrapartida, as expressões “redes de parceiros sexuais” ou “redes de amigos” são mais uma projeção do pesquisador que uma concepção autóctone, as pessoas estudadas percebendo o mais frequentemente uma “série” de parceiros sexuais, uma “lista” ou “grupos” de amigos mais que uma tela sobre a qual teriam uma clara consciência e à qual poderiam restituir-lhe forma e consistência. Outra hipótese reporta-se às redes ligadas ao desenvolvi-

131. MERCKLÉ, P. *Sociologie des réseaux sociaux*. Paris: La Découverte, 2004 [“Reperes”].

132. LAZEGA, E. *Réseaux sociaux et structures relationnelles*. Paris: PUF, 1998.

133. SCOTT, J. *Social Network Analysis – A Handbook*. Londres: Sage, 1991.

134. Cf. DEGENNE, A. & FORSÉ, M. *Les réseaux sociaux*. Paris: Armand Colin, 1994. • SCOTT, J.P. *Social Network Analysis*. Op. cit. • Stanley Wasserman, Katherine Faust, *Social Network Analysis: Methods and Applications*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

135. Na sequência deste capítulo, o termo “análise de (das) redes” será reservado aos trabalhos mobilizando os instrumentos estruturais de análise dos gráficos ou “análise (neo)estrutural” (LAZEGA, 1998), por oposição ao termo “estudo de redes” empregado para todos os outros casos (para a rede seja tratada como objeto ou como princípio).

136. PINÇON, M. & PINÇON-CHARLOT, M. *Les ghettos du Gotha – Comment la bourgeoisie défend ses espaces*. Paris: Le Seuil, 2007.

mento das tecnologias de comunicação interativa e multimídia (jogos em rede, plataforma de blogs, interface de networking)... onde os atores efetivamente têm a impressão de pertencer a um vasto conjunto interconectado cujos contornos, por definição, estão em permanente reconfiguração, mas onde cada indivíduo vê ou aciona, por suas práticas pessoais, uma parcela singularíssima (fóruns de discussões sobre temas específicos, elaboração de listas de amigos no Facebook etc.). A rede é então simultaneamente este espaço virtual abstrato e esta pequena extremidade de teia considerada a partir do ponto de vista de cada um de seus membros. Existem, no entanto, várias maneiras de definir a rede, do ponto de vista dos atores ou dos pesquisadores, que em seguida precisam ser comparadas com as diversas abordagens intelectuais ou técnicas destes espaços.

A rede como filosofia ou como instrumento?

Considerar o mundo social como um conjunto conectado e interdependente – uma rede – é, paradoxalmente, como o sublinha Norbert Elias¹³⁷, uma postura pouco explorada em sociologia, disciplina cujo objeto de estudo, não obstante, é a sociedade. A sociologia efetivamente constitui-se a partir de um modelo “atomista”, onde cada indivíduo é concebido como um nômade contendo uma essência em si, antes que a partir de um modelo de interdependência no qual os indivíduos não teriam existência senão em suas relações. Toda mudança de olhar em relação a esta evidência da disciplina impõe problemas de construção, inclusive de vocabulário. Norbert Elias usa o termo “configuração” ao invés de “rede”, visando a aplicar os jargões de uma filosofia permitindo pensar os fenômenos sociais em uma perspectiva de interdependência dinâmica. Ele sublinha igualmente as dificuldades em descrever as coisas em relação e em movimento, sobretudo quando os conceitos disponíveis para realizá-lo frequentemente são apenas analíticos e estatísticos. O diminuto número de escritos sociológicos nesta perspectiva o confirma. Os primeiros trabalhos em antropologia social fazendo referência à noção de redes, elaborados ao redor de Max Gluckman na Grã-Bretanha nos anos de 1950, inscrevem-se nesta perspectiva, considerando a sociedade à imagem de uma trama, de malhas mais ou menos densas cuja descrição podia oferecer uma nova compreensão dos mecanismos sociais. Desenvolvidos em vários ambientes, sobretudo africanos, estes trabalhos, de um lado, consideravam a sociedade mais em termos de uma dinâmica que numa sucessão de estados estáveis entrecortados de crises e, de outro, apreender a importância das estruturas informais nesta evolução. Embora esta abordagem metafórica da sociedade como rede possa ser, em muitos aspectos, considerada uma importante revolução paradigmática, ela permaneceu marginal¹³⁸. A partir dos anos de 1970, uma corrente mais matemá-

137. ELIAS, N. *La société des individus*. Paris: Fayard, 1991. • ELIAS, N. *Qu'est-ce que la sociologie?* Paris: De L'Aube, 1991.

138. GRIBAUDI, M. *Espaces, temporalités, stratifications – Exercices sur les réseaux sociaux*. Paris: l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1998.

tica impôs-se como real ruptura epistemológica da análise das redes¹³⁹. Adaptando às redes sociais os desenvolvimentos matemáticos mais recentes da “teoria dos gráficos” (indivíduos representando os pontos, relações representando as arestas), esta perspectiva ofereceu um formalismo, outrora ausente, que permitiu medir as estruturas, oferecendo assim mais racionalidade ao estudo. A “análise das redes” ou a “análise estrutural” que assim se desenvolveu nos Estados Unidos, pela iniciativa de Harrison White e de seus estudantes, rapidamente, graças a vários argumentos, impôs-se de forma bastante hegemônica. Ela efetivamente surgiu como uma resposta crítica às correntes estrutural-funcionalistas então dominantes, insistindo nas dimensões informais e dinâmicas do funcionamento das sociedades. Ela igualmente permitiu garantir uma superação das fissuras epistemológicas clássicas em sociologia¹⁴⁰ ao integrar um nível de análise intermediário entre o comportamento individual considerado em nível microscópico e o fato social percebido em seu conjunto em nível macroscópico. Segundo Alain Degenne e Michel Forsé¹⁴¹, a consideração das redes de relações – em nível “mesoscópico” – fazendo o ponto entre individualidade e globalidade – permitiria superar a oposição entre holismo e individualismo metodológico. Enfim, o recurso à análise matemática dos gráficos poderia dar-lhe um caráter de rigor e cientificidade em relação às utilizações mais metafóricas das redes. Se a análise estrutural comporta realmente um alcance teórico importante, é sob seus aspectos mais técnicos que o mais frequentemente ela é conhecida e reconhecida. Outras perspectivas, menos quantitativas e aparentemente menos sistemáticas, podem parecer mais pertinentes no estudo de alguns fenômenos sociais. Por essa razão, importa não confundir “estudo de redes”, em sentido amplo, e “análise de redes”, em sentido de análise estrutural, mas igualmente não privilegiar desempenhos técnicos sobre reflexão metodológica.

Antes de mergulhar numa análise de redes, no sentido estrutural do termo, urge definir melhor a problemática de pesquisa, especificando particularmente as dimensões relacionais e estruturais do objeto de estudos. Esta clarificação a montante constitui-se num dos instrumentos passíveis de confirmar a pertinência do recurso a uma análise de rede e, no caso presente, definir as condições de seu uso. Importa, pois, para contornar as dificuldades ligadas às diversas acepções do termo “rede”, direcionar a reflexão para o aspecto que o fundamenta, mesmo sem esgotá-lo, considerando a relação simultaneamente do ponto de vista de seu conteúdo (designado na sequência do texto como dimensão “relacional”) e do ponto de vista de sua forma (sua dimensão “estrutural”).

139. SCOTT, J. *Social Network Analysis*. Op. cit.

140. WELLMAN, B. & BERKOWITZ, S.D. *Social Structures: A Network Approach*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

141. DEGENNE, A. & FORSÉ, M. *Les réseaux sociaux*. Op. cit.

Definir uma problemática relacional e/ou estrutural

A usual e delicada tarefa de elaborar uma problemática de pesquisa torna-se sempre mais complexa quanto maior a mudança paradigmática, na qual o nível mesoscópico substitui as abordagens micro ou macroscópicas. Importa então precisar o novo lugar ocupado pelas relações nesta perspectiva. As relações aparecem num primeiro nível da interrogação, como o objeto mesmo da investigação, ou num segundo nível como o fator explicativo de outro fenômeno a estudar?

O objeto de pesquisa é relacional?

É o caso *a priori* de estudos que se referem à amizade, ao amor, à ajuda mútua ou à solidariedade, às transmissões entre gerações, aos intercâmbios comerciais, aos sistemas de troca etc., mesmo se nem todas as pesquisas sobre objetos relacionais recorram necessariamente à análise das redes. Assim, Claire Bidart¹⁴² propõe ultrapassar uma abordagem sociológica clássica da amizade que não estudaria senão as representações desse vínculo, variáveis segundo o gênero, a idade, a etapa no ciclo de vida, o meio social etc., para explorar, em detalhe, cada uma das relações efetivas dos indivíduos. Ela explora igualmente a complexidade das diferentes redes relacionais e os diferentes suportes afetivos e sociais que elas engendram.

Outro exemplo: a iniciação sexual dos adolescentes é geralmente descrita como um conjunto de práticas experimentadas progressivamente ao longo da passagem para a idade adulta, ou como uma série de representações do que se convencionou denominar “primeira vez”. Pode-se, no entanto, explorar a iniciação sexual numa perspectiva relacional na qual é a maneira de construir novas relações afetivas, amorosas e/ou sexuais e o lugar que elas assumem no seio das outras relações, notadamente a amigáveis, que permitem compreendê-la¹⁴³.

A sociabilidade virtual é igualmente abordada como um conjunto de práticas cujo teor, intensidade e frequência são socialmente e culturalmente marcadas. Para além destes panoramas sociológicos que evidenciam a realidade de uma fratura numérica no conjunto da população, trabalhos vislumbrando descrever, numa perspectiva mais estrutural, as práticas efetivas dos internautas e reconstituir, com o auxílio de um levantamento preciso de seus intercâmbios, por exemplo, tipologias de formas de comunicação ou o lugar que elas ocupam nos espaços virtuais interconectados mais amplos¹⁴⁴.

142. BIDART, C. *L'amitié, un lien social*. Paris: La Découverte, 1997.

143. MAILLOCHON, F. “Le jeu de l'amour et de l'amitié au lycée: mélange des genres”. *Travail, Genre et Sociétés*, n. 9, 2003, p. 111-135.

144. BAILLIENCOURT, T., BEAUVISAGE, T. & SMOREDA, Z. “La communication interpersonnelle face à la multiplication des technologies de contact”. *Réseaux*, n. 145-146, 2007, p. 81-114.

As relações interviriam na explicação do fenômeno estudado?

Muitas questões sociológicas não parecem, à primeira vista, relacionais. A estratificação social, a pobreza, o engajamento militante, o consumo alimentar, o recurso aos cuidados médicos etc., no entanto, podem ser explorados em uma perspectiva relacional (as relações intervindo como suporte de explicação do fenômeno estudado) ou estrutural (a forma das relações e sua interdependência condicionando o mecanismo gerador do fenômeno estudado). Dois exemplos referindo-se a temáticas diferentes, mas fundamentais na história da análise das redes sociais, permitem ilustrar sua importância na compreensão dos fenômenos sociais.

Oriundos da antropologia britânica dos anos de 1950, os trabalhos de Elizabeth Bott¹⁴⁵ sobre as famílias operárias da periferia londrina constituem uma das primeiras abordagens em termos de rede de um fato social classicamente estudado numa perspectiva estrutural-funcionalista. Elizabeth Bott aborda efetivamente a família ocidental não como uma célula, uma entidade funcional, mas como uma rede à semelhança dos grupos familiares ampliados, estudados nas sociedades sem tradição escrita. Esta mudança de perspectiva lhe permite compreender melhor o modo de funcionamento do casal que os fatores sociodemográficos. Observando a estrutura do entorno próximo a uma família, a maneira com a qual ocorrem as trocas com os membros exteriores, ela consegue perceber a divisão sexual de tarefas entre marido e mulher. Os casais inseridos nessas redes *close-knit*, isto é, inscritos em redes muito densas e multiplexas, geralmente possuem modos de funcionamento tradicionais fundados numa clara divisão das tarefas femininas e masculinas (*separated*), enquanto que os casais inseridos em redes *loose-knit*, isto é, em malhas menos densas e com funções mais diversificadas, possuem uma organização mais fundada na substituição possível das tarefas masculinas e femininas ou numa atividade comum (*joint*). A forte conectividade das redes repousando sobre importantes sistemas de ajuda mútua, mas implicando um forte conformismo com as normas tradicionais, mantêm uma clara divisão sexuada das funções conjugais quando uma estrutura mais ampla permite uma adaptação mais livre aos novos modelos de organização, portanto, uma divisão mais equilibrada das tarefas entre homem e mulher.

Outro exemplo sobre a importância de estudar as estruturas relacionais informais para compreender um fenômeno social é dado nos trabalhos de Mark Granovetter. O artigo “La force des liens faibles” (A força dos vínculos frágeis)¹⁴⁶ explica como a possibilidade de encontrar um emprego não depende somente das qualidades intrínsecas do impetrante (que constituem os fatores explicativos clássicos de uma abordagem sociológica funcionalista), nem do conjunto

145. BOTT, E. *Family and Social Network*. Nova York: The Free Press, 1957.

146. GRANOVETTER, M. “The strength of weak ties”. *American Journal of Sociology*, vol. 78, n. 6, 1973, p. 1.360-1.380.

dos contatos que ele pode mobilizar para recolher informações sobre os postos disponíveis (em uma abordagem relacional), mas também da estrutura das relações nas quais ele se inscreve. Auxiliado por seu conceito de “ponte” (*bridge*), ilustrado graficamente como uma relação entre dois grupos diferentes, Granovetter mostra que em função de seu lugar na estrutura, o acesso à informação não é o mesmo. As pessoas pertencendo a redes importantes, mas fechadas, dispõem sem dúvida de informações menos variadas que as pessoas situadas em pontes relacionais que as conectam a grupos diferentes, suscetíveis de dispor de fontes de informações mais diversificadas. Os “vínculos frágeis” podem constituir-se em recursos importantes, uma “força” para encontrar um emprego.

Este breve apanhado permite lembrar que a maior parte dos objetos de pesquisa em sociologia pode ser abordada em uma perspectiva relacional e estrutural que importa definir claramente na elaboração da problemática. Ela deve ser completada por uma verdadeira interrogação sobre a população estudada que igualmente condiciona a maneira de conceber o estudo de rede(s).

Definir os contornos da população estudada

A questão da definição da população a estudar é sempre importante na elaboração de um objeto de pesquisa à medida que ela condiciona as possibilidades de acesso ao campo a fim de coletar dados e, na sequência, para as condições de generalização do estudo (cf. os cap. de Marion Selz e de Jean-Marie Firdion). As dificuldades se impõem com maior acuidade quando refletimos não somente sobre uma população de indivíduos, mas sobre o conjunto de suas relações, ou ainda sobre várias redes.

Duas questões fundamentais se impõem. Primeiramente: É possível enumerar e identificar a população visada? Tratar-se-ia de um conjunto finito, ao menos a um momento dado (membros de um laboratório, p. ex., as pessoas que intervêm num blog) ou de um conjunto muito vasto ou em constante evolução (uma categoria social, p. ex., como os jovens entre 15 e 18 anos, os assalariados da função pública, os aposentados, as pessoas atingidas por uma doença cardiovascular)? Em segundo lugar: Seria possível localizar precisamente a população ou física ou virtualmente e identificá-la claramente, intento que poderia apresentar dificuldades, por exemplo, em determinados intercâmbios na internet onde cada qual pode dissimular ou transformar sua identidade?

No cruzamento destes dois critérios, as populações ditas “cativas”¹⁴⁷ (p. ex., os empregados de uma empresa, os alunos de uma escola, os habitantes de um vilarejo ou os membros de uma comunidade religiosa ou de uma associação, os participantes declarados de um fórum de discussão em um momento dado) se prestam facilmente à análise das redes à medida que seus contornos são cla-

ramente definidos e à medida que elas são facilmente localizáveis. Nesta hipótese, não somente o acesso ao campo de pesquisa é geralmente facilitado por sua unicidade, mas é também teoricamente possível colher informações sobre a totalidade dos indivíduos a fim de reconstituir o conjunto da rede que eles constituem: uma rede “total”, segundo o vocabulário empregado numa análise estrutural.

As possibilidades de reconstituir uma rede total são mais reduzidas quando os indivíduos são enumeráveis, mas dificilmente localizáveis, já que espalhados sobre um vasto território (no caso, p. ex., em que a população de estudo é uma categoria social). Este limite é frequentemente pouco prejudicial, já que os estudos relacionais sobre uma categoria de pessoas (as mulheres vítimas da violência, os jovens saindo do sistema escolar etc.) buscam geralmente menos descrever como os representantes deste grupo social são conectados entre si do que compreender em qual tipo de redes amigáveis, sociais, profissionais, eles são inscritos. Nesta situação privilegia-se a descrição da “rede egocentrada”: a reconstituição do conjunto (ou de uma parte) do entorno de cada um dos indivíduos da amostra tomada separadamente.

As dificuldades são mais importantes ainda quando não somente os contornos da população, mas também as possibilidades de acesso a esta são menos claras: a população *gay*¹⁴⁸ de uma região, por exemplo, cujos membros, mesmo mantendo intercâmbios entre si, não se reconhecem necessariamente como uma verdadeira rede homogênea; o conjunto dos visitantes de um blog que não deixam necessariamente rastros de sua identidade ou se inventam várias etc. São tantas situações e questões que não serão abordadas aqui. Elas requerem a engenhosidade do pesquisador para tentar delimitar, de caso a caso, um campo de pesquisa pertinente e realista.

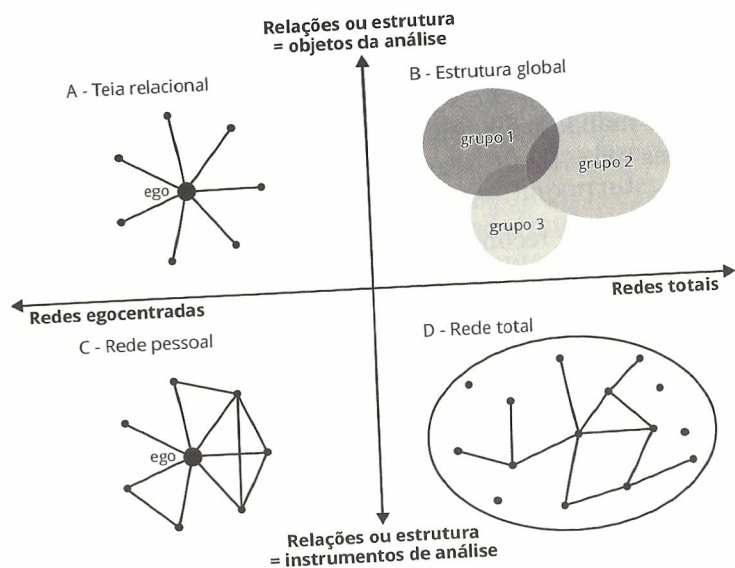
Abordagens relacionais e estruturais

Segundo o lugar acordado à rede na problemática de conjunto (objeto ou instrumento de análise) e a maneira de abordá-la (redes egocentradas ou rede completa¹⁴⁹), quatro grandes tipos de análises em termos de redes podem ser distinguidas no seio das quais é possível efetuar uma análise estrutural ou neoestrutural.

148. Mesmo se precisamente neste caso as pessoas interrogadas podem ter a impressão de fazer parte de uma rede ou reconhecer-se como uma forma de comunidade. Esta situação se opõe paradoxalmente à da população cativa, fácil de estudar como rede mesmo se ela não se reconheça como tal. Percebe-se perfeitamente, pois, como já enunciado mais acima, que a representação da noção de “rede” pelos atores sociais não pressagia em nada a facilidade de aplicar pelo pesquisador uma abordagem em termos de rede.

149. Fala-se indiferentemente de rede “total” ou de rede “completa”.

147. Quer esta população tenha ou não consciência de fazer parte de uma rede.



Esquema recapitulativo dos diferentes estudos relacionais e estruturais

Seguindo este esquema, a análise estrutural (quadrante D) estuda uma rede total como um instrumento de compreensão de fenômenos sociais mais gerais. Ela se diferencia, portanto, das abordagens em termos de redes egocentradas (à esquerda do eixo vertical), ao estudar a estrutura de conjunto de uma população. Entre as abordagens globais, no entanto, ela se alinha aos trabalhos contendo somente uma “visão descritiva” (acima do eixo horizontal), como é o caso, por exemplo, das pesquisas antropológicas que desvelariam as estruturas informais de diferentes comunidades (quadrante B) sem abordar todas as suas implicações. A análise estrutural beneficia-se de uma parafernália técnica, importada da “teoria dos gráficos”, que a distingue das abordagens geralmente mais qualitativas, quer sejam realizadas em redes globais (quadrante B), quer em redes pessoais (quadrante C). É a partir de dados permitindo reconstituir (ao menos parcialmente) uma rede total que se utiliza o conjunto de instrumentos padronizados da análise das redes explicitado acima (cf. o cap. de Olivier Godechot): descrição das formas, busca de subestruturas e de coerências internas, de equivalência estrutural etc.

A clivagem entre análises realizáveis em redes completas e em redes egocentradas, no entanto, não pode ser concebida de forma tão estanque. As redes egocentradas são, por definição, voltadas para a coleta de dados relacionais ao redor de um indivíduo (geralmente denominadas “teia” relacional). É possível, no entanto, passar ao nível estrutural, a “rede pessoal”, coletando informações suplementares sobre as relações mantidas (cf. as diferenças entre os desenhos do quadrante A e C). Mesmo não sendo uma rede total, à medida que suas fronteiras são truncadas artificialmente, a rede egocentrada que descreve uma porção de

espaço estrutural pessoal pode ser analisada com a maioria dos instrumentos da análise estrutural. Um exemplo nos é fornecido pela obra coordenada por Maurizio Gribaudo¹⁵⁰ no quadro de um estudo sobre a estratificação social e familiar entre os professores do ensino médio em diferentes cidades europeias. A coleta de dados relacionais consistiu primeiramente na reconstituição do entorno (teia relacional) dos professores. Os complementos estruturais foram coletados interrogando cada professor sobre as relações unindo os diferentes membros de seu entorno. Este material, reunido em forma de matrizes (isto é, tabelas), serve então a um conjunto de tratamentos comuns à análise estrutural, embora não compartilhando necessariamente todos os seus pressupostos teóricos.

Esta descrição em quatro quadrantes mostra a variedade das problemáticas relacionais ou estruturais e a diversidade das formas de integrar ou não a noção de redes. Ela permite igualmente nuançar a posição hegemônica da análise estrutural, sem buscar, no entanto, estabelecer uma nova hierarquia entre as diferentes perspectivas, sua pertinência não podendo ser avaliada senão em função do tipo de objeto da pesquisa e das questões postas.

A coleta de dados relacionais e estruturais

Para além de suas divergências, um determinado número de questões é comumente feito ao conjunto destas pesquisas no momento da coleta de dados, mesmo se pontualmente tais questões sejam resolvidas diferentemente.

Descrever uma relação

Uma das primeiras questões diz respeito à necessidade de definir *a priori* ou *a posteriori* a natureza da ou das relações a estudar. Os estudos consagrados aos temas de pesquisa relacionais (quadrante A) visam precisamente a explorar um tipo de vínculo (a amizade, o amor, a vizinhança). Eles buscam *a priori* dar conteúdo às diferentes formas de relações, e a evidenciar sua importante variação social, quer se trate de amigos¹⁵¹, de vizinhos¹⁵², ou ainda dos primeiros amores juvenis¹⁵³. Nas pesquisas relativas às estruturas (funcionamento de um fórum de discussões, p. ex.), ou nas quais as relações comportam um alcance explicativo, frequentemente emprega-se uma definição *a priori* dos vínculos menos animadores. Assim, para discernir a coesão de um grupo, pode ser pertinente ressaltar as relações de amizade, mas igualmente de ajuda mútua, de dons, de

150. GRIBAUDI, M. *Espaces, temporalités, stratifications*. Op. cit.

151. BIDART, C. *Famille, un lien social*. Op. cit. • FISCHER, C.S. *To Dwell Among Friends – Personal Networks in Town and City*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.

152. HERAN, F. “Cogment les Français voisins”. *Economie et Statistique*, n. 195, mar./1987, p. 33-60.

153. MAILLOCHON, F. Op. cit.

participação em ações comuns, sem, no entanto, ater-se aos detalhes que tais intercâmbios pressupõem. O mais frequentemente estes estudos negligenciam a diversidade social do conteúdo dos vínculos, favorecendo assim uma coleta mais ampla dos dados relativos à sua estrutura. Sobre a definição de vínculos *a priori* usada, pode assim pairar dúvidas quanto ao conteúdo de uma relação (ser amigo/amante, p. ex.) e, em outros casos, ser definida por um ato mais fácil de objetivar: intercâmbio de correspondências, telefonemas, participação em um mesmo fórum de discussão, conselhos, ou dossiês, como o revela o estudo de Emmanuel Lazega et al.¹⁵⁴, relativo ao tribunal de comércio da cidade de Paris, por exemplo. Às vezes uma definição factual dos vínculos pode permitir limitar as variações de interpretação pouco controláveis, bem como coletar, de forma padronizada, um maior número de informações relacionais e estruturais.

Medir ou formalizar uma relação

Estudar a natureza de uma relação geralmente supõe definir um determinado número de suas propriedades. Desde os primeiros trabalhos relativos às redes, os autores tiveram o cuidado de sublinhar a multiplicidade das dimensões permitindo qualificar seus vínculos. Mitchell, um dos primeiros a estabelecer uma lista destas dimensões, em sua obra *Social Networks in Urban Situation*¹⁵⁵, evoca a “multiplexidade”, isto é, o fato de duas pessoas serem relacionadas por uma pluralidade de vínculos: serem colegas, vizinhas, frequentar a mesma padaria e o mesmo clube de dança, militar num mesmo partido político etc. Ele convide, pois, a classificar por séries um vasto conjunto de critérios de interação: o conteúdo, a direção (o fato da relação não ser necessariamente simétrica: podemos receber correspondências sem jamais respondê-las), a duração, a frequência e a intensidade (em seu artigo sobre os métodos de análise das redes sociais, Alexis Ferrand e Ainhoa de Federico de la Rua¹⁵⁶ evocam, a este respeito, a “força” ou o “sentimento de proximidade afetiva”). Inútil alongarmos-nos sobre as dificuldades de encontrar bons indicadores destas dimensões¹⁵⁷.

As questões de definição dos vínculos são, portanto, inúmeras e diversamente abordadas segundo o tema de pesquisa. Vale lembrar que elas são mais desenvolvidas nos estudos sobre as redes egocentradas que nos estudos sobre as

redes totais, nas quais a necessidade de coletar dados leva geralmente, a montante, a uma padronização importante dos conteúdos dos vínculos estudados, podendo empobrecer a compreensão do fenômeno¹⁵⁸. No caso presente, elas frequentemente são reduzidas a atos (receber dinheiro, acolher em domicílio, trabalhar no mesmo site) que reduzem os contornos da interpretação da parte dos indivíduos interrogados e sua variabilidade social.

Os modos de coleta sem participação dos atores

A possibilidade de entrar ou não nos detalhes dos vínculos está assim fortemente ligada às condições de acesso ao campo da pesquisa. A obtenção de dados é sempre uma arbitragem delicada entre o que o pesquisador gostaria de coletar em absoluto e o que é possível, razoável, legítimo e ético perguntar aos indivíduos.

Como para as outras pesquisas sociológicas, várias formas de coletar informações são possíveis na realização da análise de redes. A observação é frequentemente pouco praticada em razão de seu “peso”, mas ela parece particularmente indicada para coletar dados sobre populações singulares (p. ex., sobre os intercâmbios lúdicos entre crianças num pátio de recreação que não seriam necessariamente verbalizados de forma sistemática) ou sobre relações sensíveis ou proibidas (tráfico de entorpecentes ou de objetos roubados etc.).

O recurso a fontes relacionais existentes não deve ser negligenciado, mesmo se, por força das próprias formações, os sociólogos pensam frequentemente menos em explorá-las que os historiadores, que são cada vez mais numerosos em adotar esta abordagem¹⁵⁹. Os registros feitos em cartório indicando a compra e a venda de terrenos em escala de um vilarejo, a lista de testemunhas nas cerimônias de casamento constituem fontes que, em determinadas condições, podem ser tratadas como materiais relacionais e estruturais, mesmo se elas geralmente comportam restrições e zonas sombrias importantes. Os inúmeros rastros informáticos deixados ao longo do uso de diferentes meios de comunicação (telefone, correio eletrônico, fórum, blogs etc.) fornecem igualmente dados que podem ser coletados para fins de análise de redes.

Os tipos de coleta, que não necessitam da participação ativa dos atores (observação ou fontes) ou somente seu acordo de princípio para ser observados ou fichados, geralmente permitem garantir o mais forte grau de sistematização dos dados, possibilitando a exaustividade. Se pesquisadores se interessam pelas sociabilidades dos jovens na internet, por exemplo, eles terão mais interesse em coletar automaticamente listas de e-mails, de participações em fóruns etc., do

154. LAZEGA, E. et al. Op. cit.

155. MITCHELL, J.C. *The Concept and Use of Social Networks in Urban Situations – Analyses of Personal Relationships in Central African Towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969.

156. FERRAND, A. & RUA, F. “Méthodes d'analyse des réseaux”. In: CASELLI, G.; VALLIN, J. & WUNSCH, G. (orgs.). *Encyclopédie de Démographie: analyse e synthèse – Vol. VIII: Observation, méthodes auxiliaires et enseignement*. Paris: Ined, 2006, p. 459-495.

157. SELZ, M. & MAILLOCHON, F. *Les raisonnements statistiques en sociologie*. Paris: PUF, 2000 [“Licence”].

158. EVE, M. “Deux traditions d'analyse des réseaux sociaux”. *Recherches Économiques de Louvain*, n. 68, 2002, p. 183-212.

159. LEMERCIER, C. “Analyse de réseaux et histoire de la famille – Une rencontre encore à venir?”. *Annales de Démographie Historique*, n. 109, 2003, p. 7-31.

que interrogar as pessoas implicadas nestas práticas, das quais só possuem uma visão parcelar ou deformada. A reconstituição do conjunto das pessoas contactadas ao longo de um dia geralmente é complicada, e inconcebível em relação aos dias passados. Em contrapartida, se o estudo se reporta à especificidade do e-mail na comunicação, sem dúvida será mais pertinente servir-se de entrevistas permitindo aos atores dar conteúdo a seus intercâmbios e sentido a seus atos, reposicionando-os em uma comunicação mais vasta.

Observação e fontes são em geral excelentes meios para se obter séries longas e confiáveis de dados relacionais e estruturais, mas o mais frequentemente a informação sobre o vínculo é mais fraca nestas duas modalidades. É igualmente delicado no caso de coletar dados relativos à identidade e às características sociais das pessoas implicadas; daí o recurso às pesquisas *ad hoc*.

As pesquisas sobre as redes ad hoc

Em geral as pesquisas são feitas através de entrevistas *ad hoc*, que permitem ao mesmo tempo definir o público-alvo a ser estudado e o tipo de público, bem como a natureza das relações a documentar. Estabelecer um questionário sobre as relações comporta quase todas as dificuldades e armadilhas da própria elaboração de um bom questionário (cf. o cap. de Isabelle Parizot). Geralmente os entrevistados são levados, através de um "gerador de nomes", a descrever um número limitado de amigos, de conhecidos, de vizinhos, de parceiros sexuais, de pessoas com quem trabalham, ou que conheceram numa paróquia etc. É imperativo assegurar que a natureza do vínculo possa ser alargada por todos e conter a menor ambiguidade possível, assim como é indispensável ser razoáveis quanto ao número de contatos a explorar. Com efeito, o interesse de um procedimento desses é o de coletar informações sobre o *Ego*, mas também sobre o conjunto dos *Alter* citados. Para pessoas relacionando-se com um vasto entorno, a duração do questionário pode ser rapidamente desobrigatória e levar a recusas ou abandonos¹⁶⁰. A natureza e a qualidade das informações recolhidas dependem assim do modo de elaboração do questionário. Em determinados casos, a pesquisa pode ser feita no decurso de longas entrevistas face a face, eventualmente repetidas, para obter informações aprofundadas; é o caso notadamente do estudo da sociabilidade e da inserção profissional num painel de jovens normandos estudados por Claire Bidart¹⁶¹. O desejo de obter dados sobre uma amostra representativa leva geralmente a interrogações mais reduzidas. Por exemplo: um estudo sobre a sexualidade

160. Para mais informações sobre "gerador de nomes", cf. BIDART, C. & CHARBONNEAU, J. *The contextual name generator: A good tool for the study of sociability and socialization* [Disponível em: <http://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00197568/fr/>].

161. BIDART, C. & LAVENU, D. "Evolutions of personal networks and life events". *Social Networks*, vol. 27, n. 4, 2005, p. 359-376.

dos adolescentes¹⁶² propiciou descrever de forma reduzida, mas sistemática, as relações amigáveis, amorosas e sexuais dos jovens em três níveis diferentes. Geradores de nomes permitiram coletar em primeiro lugar dados puramente contabilizáveis (o número de amigos, o número de flertes ao longo do ano, o número de parceiros sexuais ao longo da vida etc.). Os adolescentes eram em segundo lugar convidados a relatar a natureza de sua relação (antiguidade, intensidade, frequência) com seus quatro últimos parceiros sexuais e a descrever mais precisamente cada parceiro (sexo, idade, local de residência etc.). Por razões de viabilidade, os geradores de nomes limitam geralmente arbitrariamente o número de descrições a demandar aos entrevistados. Neste caso, o número de quatro parceiros parecia razoável no seio de uma população não tendo necessariamente uma longa vida sexual e onde, definitivamente, somente 10% dela afirmava ter ultrapassado este número. Estes dados contabilizáveis e relacionais permitem reconstituir a teia relacional que circunda uma pessoa. Eles podem ser completados, em terceiro lugar, por dados estruturais integrando as relações entre as pessoas do entorno do indivíduo-alvo. A pesquisa compilou assim as relações amigáveis, amorosas ou sexuais que ocorreram entre parceiros sexuais e amigos da pessoa-alvo, dados que autorizam formas de tratamento analítico próximas à análise estrutural: medição da intensidade, por exemplo, busca de subgrupos etc.¹⁶³ A única possibilidade técnica realista de se obter dados estruturais no quadro de uma pesquisa sobre redes egocentradas é interrogar a pessoa-alvo (*Ego*) ao invés de seu entorno, técnica que comporta evidentemente imprecisões e frequentemente deprecia- da pelos especialistas da análise estrutural.

Antes que mergulhar nos avanços mais sofisticados da análise das redes, este capítulo convida a um instante de reflexão sobre o que supõe e representa uma abordagem relacional e estrutural. Como qualquer outro instrumento, a análise de redes não é verdadeiramente útil senão com conhecimento de causa, num quadro controlado e com um bom conhecimento de seus alcances, mas também de seus limites. Apesar da fascinação que podem exercer os métodos quantitativos, estes não aportam necessariamente o melhor esclarecimento a todos os problemas. Outras abordagens, mais qualitativas, fornecem uma melhor compreensão de um fenômeno relacional ou estrutural ao apreender melhor suas lógicas ou suas dinâmicas. O predicativo formal e matemático sobre o qual se desenvolveu a análise estrutural não é suficiente para provar a cientificidade da postura. A análise das redes totais oferece certamente medidas estruturais frequentemente mais elaboradas que a análise das redes egocentradas, mas seu caráter técnico não deve ocultar alguns de seus limites, notadamente os pro-

162. LAGRANGE, H. & LHOMOND, B. (orgs.). *Entrée dans la sexualité: les comportements des jeunes dans le contexte du Sida*. Paris: La Découverte, 1997.

163. MAILLOCHON, F. Op. cit.

blemas de inferência atribuídos a qualquer estudo de redes, embora em termos diferentes.

No caso de um estudo sobre as redes *egocentradas*, é possível extrair aleatoriamente uma amostra do Ego, respeitando a teoria das sondagens a fim de que elas possam representar, seguindo as regras de inferência, a população de referência. Em contrapartida, é mais delicado operar uma tiragem aleatória dos *Alter* ao redor do Ego sem correr o risco de modificar profundamente as propriedades estruturais das redes egocentradas. A análise das redes egocentradas é, portanto, de alguma forma, atravessada por um conflito de interesse entre, de um lado, a lógica estatística e as regras de inferência fundadas no postulado da independência dos indivíduos observados e, de outro, a lógica estrutural fundada no postulado inverso. Em certa medida, a análise estrutural evita esta tensão, já que ela se posiciona de cara no quadro do “estudo de caso”, que não possui alcance representativo. Mas em razão disso, o problema de generalização dos resultados deste tipo de análise continua, e não é trivial resolvê-lo, mesmo se raramente abordado de frente. De uma forma geral, a ausência de regras de inferência adaptadas aos dados estruturais não deve levar a opor os tipos de abordagem das redes, mas convida a conservar uma atitude modesta e razoável, não importando as posturas e as medidas adotadas.

10

Articular as abordagens quantitativa e qualitativa

*Pascale Dietrich
Marie Loison
Manuella Roupnel*

Os métodos qualitativos são frequentemente opostos aos métodos quantitativos: raros são os sociólogos que aliam realmente estas duas abordagens, levando-os inclusive a criar suas próprias pesquisas. Mais raros ainda são os que, no mesmo estudo, concebem a realização de uma pesquisa qualitativa e quantitativa imaginando sua articulação como um meio suplementar de responder às questões que eles se colocam. Efetivamente existe a tendência de conceber os dois métodos de forma distinta e de não recorrer a diferentes modos de coletar dados. Ora, uma metodologia dessas mostra-se rica para a obtenção e a análise dos resultados, bem como para a postura científica do pesquisador. A fim de mostrar a mais-valia metodológica que ela fornece, a aliança entre métodos quantitativos e qualitativos será apresentada aqui através da localização de pesquisas “sob medida”, isto é, de pesquisas realizadas em populações e objetos de pesquisa bem precisos. Este capítulo intenta, pois, expor as especificidades desta postura, entrar nos detalhes de sua execução e, finalmente, debruçar-se sobre seus aportes científicos.

As especificidades das abordagens

Por que articular os dois métodos?

Toda pesquisa sociológica começa pela construção de um objeto, a partir de um tema específico. Uma vez definido este objeto, o sociólogo escolhe o ou os métodos de pesquisa aptos a responder à sua problemática: estudo de arquivos ou de documentos administrativos, realização de entrevistas e/ou de observações, ou ainda análise de dados estatísticos. O trabalho de observação etnográfica

O raciocínio etnográfico

*Stéphane Beaud
Florence Weber*

Nos últimos quinze anos, na sociologia francesa, a pesquisa e a análise etnográficas impuseram-se como um método legítimo de coleta e de tratamento de dados empíricos. No entanto, urge reconhecer que as reflexões metodológicas em torno desta forma de pesquisa, quer estas assumam a forma de artigos ou de manuais, até hoje privilegiaram largamente a dimensão da “situação etnográfica”, da “experiência etnográfica” (leia-se “provas etnográficas”), colocando em cena e em debate a relação pesquisador(a)/pesquisado(a), que é o fundamento da pesquisa etnográfica¹. No fundo, existem poucos textos em língua francesa relativos ao tratamento de dados etnográficos, com pesquisas concluídas, e ainda menos os relativos ao raciocínio etnográfico, salvo o texto fundador de Olivier Schwartz². Este capítulo não tem a pretensão de preencher esta lacuna, mas, mais modestamente ele buscará esboçar uma clarificação dos termos que acompanham o debate, insistindo nas formas diferentes de abordar a questão em antropologia e em sociologia.

Num primeiro momento, insistiremos nas ambiguidades, nos mal-entendidos e em outras incompreensões resultando da “exportação”, particularmente rápida e importante na França, deste método de pesquisa – historicamente ligado à etnologia – para uma disciplina como a sociologia que, na tradição francesa ao menos, se havia reservado a estatística como emblema metodológico. Num segundo momento, mostraremos o raciocínio etnográfico em sua força original, que lhe advém da tradição antropológica, e que mistura duas especificidades: de um lado, o contato direto, sem a mediação de um protocolo ou de um labo-

1. MAUGER, G. *Les bandes, le milieu e la bohème populaire – Études de sociologie de la déviance des jeunes des classes populaires (1975-2005)*. Paris: Belin, 2006. • BENSA, A. & FASSIN, D. (orgs.). *Politiques de l'enquête – Épreuves ethnographiques*. Paris: La Découverte, 2008 [“Recherches”].

2. SCHWARTZ, O. “Empirisme irréductible”. Paris: Nathan, 1993 [Posfácio de Nels Anderson].

ratório³, entre pesquisador e pesquisados; de outro, o estudo de caso, onde a análise aprofundada das condições de possibilidade do caso estudado substitui ao mesmo tempo a análise probabilista, preocupada em evitar as ambiguidades de seleção, e a análise estatística descritiva (que por comodidade poderíamos denominar epidemiológica), preocupada com a representatividade e a prevalência. Num terceiro momento, mostraremos que, se o raciocínio etnográfico pode desenvolver-se legitimamente no âmbito de sua disciplina matricial (a etnologia), o mesmo não ocorre em sua disciplina de exportação (a sociologia). Lá, concorrendo com outros modos de raciocínio, mais próximos às ciências auto-denominadas “consistentes”, ele já não pode mais ostentar a tranquila garantia do modelo hipotético-dedutivo, ou o modo de raciocínio probabilista. Deste fato, ele corre o risco eterno de parecer um raciocínio “impuro”, à revelia (sem provas cifradas!...), um raciocínio “em liquidação”, como às vezes nos pretendem inculcar abertamente, em alguns (seletíssimos) intercâmbios intelectuais, os defensores de uma linguagem pura das variáveis e de um raciocínio generalizado “em igualdade de circunstâncias” que, hoje, mais do que nunca, se quer hegemônico no campo das ciências sociais.

A pesquisa etnográfica: da etnologia à sociologia...

Projetemos um pouco de luz nesta expressão que recobre hoje, na sociologia francesa contemporânea, uma nebulosa de pesquisas com estatutos assaz diferentes, servindo-nos assim deste instrumento precioso que constitui a história social das ciências sociais, seja da história da sociologia (francesa e americana), da história da etnologia francesa, ou da antropologia social anglo-saxônica. Vale lembrar que a pesquisa etnográfica sorve sua fonte e legitimidade da etnologia. E que ela se define, mais precisamente, desde Malinowski (*Les argonautes du Pacifique Occidental*, 1922) (Os argonautas do Pacífico Ocidental), que posteriormente convencionou-se denominar “revolução malinowskiana”, como uma imersão de longa duração (de um a três anos, de maneira contínua ou descontínua) num determinado ambiente, permitindo um contato direto e prolongado do etnólogo, notadamente para a aprendizagem da língua local falada, junto a um local social pesquisado (“autóctone”), sem a mediação perturbadora dos administradores coloniais e/ou de alguns informantes privilegiados. Desde então, e atrasadamente para o caso da etnologia francesa⁴, a etnografia (ou o *fieldwork*, segundo a expressão inglesa) passou a ser o fundamento da disciplina ou, para falar como Passeron, seu “emblema metodológico”. Desta forma a pesquisa de campo faz o antropólogo assim como a escavação faz o arqueólogo, de forma

que o aprendiz antropólogo deve, por ocasião de sua formação e notadamente ao longo de seu doutorado, criar um “verdadeiro campo”, para responder às expectativas acadêmicas de seu futuro ambiente profissional. Este, hoje, é um preceito invariável desta disciplina.

A diferença, no plano metodológico, é grande com a sociologia, que no mesmo período se constituiu como disciplina sobre outras bases: na França, sob a égide de Durkheim, a partir da pesquisa estatística e de um livro-modelo (*Le suicide*, 1897), paralelamente a uma pesquisa histórica em parte devolvida aos etnógrafos especialistas das formas elementares; na Alemanha, com a escola histórica e Weber, sobre o modelo das pesquisas comparadas de sociologia histórica. Nos Estados Unidos a sociologia teve, em seus inícios (1890-1930), uma história metodológica mais indecisa. Ela nasceu na Universidade de Chicago que, de um lado, tinha como particularidade poder dispor em suas fileiras de sociólogos inscritos teoricamente numa tradição simmeliana, animados por uma propensão à pesquisa direta e por um jornalismo de investigação nesta cidade em efervescência, que era Chicago (Robert Park era um antigo jornalista⁵); e, de outro lado, buscava estabelecer relações estreitas com o departamento vizinho da antropologia, daí os intercâmbios frequentes em termos de método. O que Chapoulie chamou de “tradição sociológica de Chicago” se caracteriza pela adoção em campo não exótico do *fieldwork*, sob uma forma aberta e variada (observação participante, entrevistas, histórias de vida, autobiografias, coleta de documentos administrativos, mapas etc.), como um modo de pesquisa privilegiado para os jovens sociólogos da época. Esta forte legitimidade, adquirida então pela pesquisa de campo na sociologia americana, mostrar-se-á limitada no tempo (1920-1940); de fato, ela teve dificuldades de resistir ao estabelecimento de um novo paradigma de pesquisa sociológica desenvolvido primeiramente nos Estados Unidos – o *survey research*, em vínculos estreitos com a ajustagem da técnica das sondagens. Esta, fundada no tratamento estatístico de pesquisas por questionário sobre amostras representativas, vai triunfar após 1945 na disciplina nos Estados Unidos, relegando muito rapidamente o método do *fieldwork* que, mesmo sendo defendido pela terceira geração dos sociólogos de Chicago (Becker, Goffman, Freidson etc.), será marginalizado pelo *mainstream* quantitativo da Costa Leste.

Esta história da sociologia americana teve profundas repercussões sobre a sociologia francesa do pós-guerra. Esta, quando teve que refundar-se após 1945⁶, era muito fraca institucionalmente, tendo, além disso, largamente perdido sua herança durkheimiana. Ela irá, pois, buscar nos Estados Unidos seus novos títulos de nobreza via importação para a França do modelo do *survey*

3. DEVEREUX, G. *De l'angoisse à la méthode dans les sciences du comportement*. Paris: Flammarion, 1980.

4. DEBAENE, V. “Preface”. In: LEVI-STRAUSS, C. *Oeuvres*. Paris: Gallimard, 2008, p. 18-311 [“La Pléiade”].

5. Cf. CHAPOULIE, J.-M. *La tradition sociologique de Chicago 1892-1961*. Paris: Le Seuil, 2001.

6. CHAPOULIE, J.-M. “La seconde fondation de la sociologie française, les États-Unis et la classe ouvrière”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 32, 1991, p. 321-365.

research, enviando inclusive para os Estados Unidos um bom número de jovens sociólogos aprendizes (Crozier, Mendras, Touraine, Boudon etc.). Esta fascinação do modelo americano sobre estes jovens pesquisadores franceses, tanto que muitos deles são desprovidos de formação empírica no ofício de sociólogo, se traduziu então por uma relativa rejeição à pesquisa direta e por uma supremacia incontestável do raciocínio probabilista sobre a análise monográfica. A pesquisa de Chapoulie junto a estes pioneiros desta renovação da sociologia francesa do pós-guerra trouxe à luz a maneira com a qual os raros sociólogos que realizavam pesquisa de campo, notadamente mulheres (Jacqueline Frisch-Gauthier, Viviane Isambert-Jamati), se viram desqualificados no plano científico por seus pares, novos adeptos – entusiastas – da pesquisa por questionário. Não se tratava nem mais nem menos que lutas em torno da legitimidade do método de pesquisa em sociologia.

Confortada pelos grandes modelos ditos “holistas” (em sua vertente quantitativa durkheimiano, estrutural-funcionalista na versão marxista), a pesquisa estatística por longo tempo reinou como mestra na sociologia francesa. Mesmo Pierre Bourdieu, que construiu seu primeiro instrumental científico como etnólogo na Argélia, em meados da década de 1960, por ocasião de seu retorno à França e de sua entrada na sociologia francesa, em seus trabalhos dedicados à sociologia da educação e à cultura⁷ converteu-se quase inteiramente ao método de pesquisa estatístico. À ocasião a maioria de sua equipe (no *Centro de sociologia europeia*) concebeu este método como o principal instrumento de ruptura com o senso comum. Neste contexto de desenvolvimento da sociologia francesa e de multiplicação dos contratos de pesquisa, as entrevistas ou as observações diretas passam a ter um estatuto reduzido e fortemente delimitado na pesquisa: as primeiras ao serviço de uma pesquisa exploratória e de afinamento de um questionário, a segunda como adjuvante demonstrativo de resultados estabelecidos estatisticamente.

Este estatuto menor e dominado da pesquisa etnográfica na sociologia francesa vai se transformar com a ajuda de uma série de três fatores mais ou menos interdependentes: *primo*, a entrada em crise dos grandes paradigmas holísticos, a crítica das estatísticas pela etnometodologia e o novo interesse subsequente pela análise interacionista; *secundo*, a redescoberta – por sociólogos primeiramente formados no centro de Bourdieu, em seguida tomando distância em relação à sua “teoria” – da “primeira Escola de Chicago” e a grande tradição das monografias urbanas (a série de estudos sobre “Middletown”) ou industriais

(como aquela coordenada por Donald Roy); *tertio*, a adequação deste método de pesquisa, à primeira vista de fácil acesso, ao novo público estudantil das faculdades de sociologia, mais oriundo de ambientes populares e fortemente alérgico aos “matemáticos”, portanto, a tudo aquilo que, de perto ou de longe, se refere às estatísticas. Note-se enfim, e é essencial, que esta renovação do método etnográfico na sociologia francesa evitou o diálogo crítico com a antropologia, tanto que estas duas disciplinas, na França como nos Estados Unidos, tornaram-se estrangeiras uma da outra. Esta compartimentação entre disciplinas – contra a qual tentou lutar, em congressos pedagógicos, uma formação como o antigo DEA de Ciências Sociais Ehess/ENS (confiado por Marc Augé e Marianne Bastid-Bruguière à Jean-Claude Chamboredon, e cuja empresa continua sob o nome de Master em Ciências Sociais, Pesquisas de Campo, Teorias ENS/Ehess) – teve por efeito um fraquíssimo impacto nos debates metodológicos em antropologia contemporânea sobre a abordagem etnográfica em sociologia.

No fundo, hoje podemos nos perguntar, à luz da rápida difusão na sociologia francesa de trabalhos repousando sobre o método da “pesquisa de campo”, se a renovação dos estudos etnográficos na sociologia francesa contemporânea (citamos por ordem de publicação as obras de F. Weber, O. Schwartz, S. Beaud & M. Pialoux e alguns livros da coleção “Pesquisas de campo”, N. Renahy, A. Christin, N. Jounin⁸) não se construiu igualmente a partir de fundamentos mal-digeridos, no sentido que tudo se baseava na exploração de amplas amostras estatísticas quase dependentes, *ipso facto*, de um mesmo e vasto domínio, este tão famigerado “depósito” etnográfico. Ou, mais confusamente: todas as análises ou estudos de caso, dentre os quais as biografias individuais, a pesquisa por observação participante, a acumulação de entrevistas, mas igualmente os arquivos orais, cada um destes métodos sendo objeto de críticas hoje esquecidas. Assim, pela construção deste largo conjunto heteróclito, definido negativamente como não pertencendo ao registro da pesquisa estatística, grande é o risco de ver-se dissolver a particularidade – e a força heurística e demonstrativa – da pesquisa etnográfica.

Conceitos autóctones/eruditos: três momentos do raciocínio etnográfico em antropologia social

Existe uma tensão própria à disciplina antropológica em sua relação com a etnografia. De um lado, todo antropólogo considera a etnografia como a base de sua disciplina, de outro, esta base permanece relativamente pouco questio-

7. Na obra *Le célibat paysan* (1962), ele faz, de forma impressionante, ao mesmo tempo etnografia e estatísticas: percebe-se, na última parte, uma verdadeira histeria de prova estatística. Vale lembrar que Marcel Maquet, autor de *Guide d'étude des comportements culturels*, à época – e toda a antropologia – realizam estatísticas, e só fazem etnografia porque a instituição estatística carece nas colônias.

8. WEBER, F. *Le travail à côté* – Etudes d'ethnographie ouvrière. Paris: Ehess/Inra, 1989. • SCHWARTZ, O. *Le monde privé des ouvriers*. Paris: PUF, 1991. • BEAUD, S. & PIALOUX, M. *Retour sur la condition ouvrière*. Paris: Fayard, 1990. • RENAHY, N. *Les gars du coin*. Paris: La Découverte, 2004. • CHRISTIN, A. *Comparaisons immédiates*. Paris: La Découverte, 2006. • JOUNIN, N. *Chantier interdit au public*. Paris: La Découverte, 2007.

nada. De fato, enquanto a escavação arqueológica é uma aventura coletiva que fortemente se padronizou apelando para a quantidade de competências científicas especializadas⁹, a pesquisa etnográfica resta, a maior parte do tempo, uma aventura solitária e, ao que parece, impossível de padronizar. Daí duas tentações contraditórias que se conjugam para deixar na penumbra a diversidade e a complexidade das operações científicas efetuadas pelo etnógrafo: o silêncio sobre a pesquisa, a “heroização” do etnógrafo.

Box

Etnografia e antropologia social hoje

A antropologia social ocupa um lugar eminentemente paradoxal no ressurgimento da etnografia em escala mundial: às vezes associada à sociologia nas operações editoriais visando a promover a etnografia (como na revista *Ethnography*), às vezes mantendo a sociologia a distância (como nas revistas suíças francófonas *ethnographiques.org* ou *Tsanta*, ambas orientadas por uma definição disciplinar da antropologia social), ela está claramente ausente, ou quase, da etnografia francesa contemporânea. O paradoxo se explica ao mesmo tempo pelas variações nacionais das fronteiras entre sociologia e antropologia social e por uma necessidade interna à própria antropologia social.

As fronteiras entre sociologia e antropologia social foram abaladas, planeta afora, pelo questionamento radical, nos últimos vinte anos, da Grande Divisão¹ entre o que depende da antropologia social – culturas primitivas, exóticas ou outras – e o que depende de outras ciências sociais (sociologia, ciência econômica, ciência política) – culturas ocidentais. Criticou-se abundantemente, e às vezes subestimou-se, sobretudo na antropologia americana, o fosso instituído pela antropologia social entre “The West” e “The Rest”². As tradições antropológicas nacionais reagiram diversamente a esta redelimitação do território disciplinar, em função de sua história.

Na Índia, a sociologia qualitativa e a antropologia social se fundiram desde a independência, após uma precoce tomada de consciência política dos “impensados” da antropologia colonial³. Nos Estados Unidos, as fronteiras disciplinares permanecem vivas, ao menos em termos de desconhecimento recíproco, ao passo que a unidade dos métodos e dos territórios se afirma⁴. Na Inglaterra, a antropologia de Si, que agora se denomina antropologia das culturas ocidentais (*Anthropology of the West*), e ao mesmo tempo viva e recente⁵, mas hoje ela se comunica mais com a filosofia do que com a sociologia. Nas outras tradições antropológicas europeias, inclusive para além da antiga cortina de ferro, o antigo corte entre uma etnologia das culturas populares nacionais, folclore ou *Volkskunde* (ausente em países novos como Estados Unidos e Austrália), em geral instrumentalizada pelos poderes locais, e as etnologias das culturas exóticas, ou *Völkerkunde*, em geral ligadas à expansão colonial ou imperial (atual no império russo, como na Índia ou na China), torna o diálogo com a sociologia – geralmente definida como ciência das sociedades nacionais modernas – menos urgente que a reconstrução de uma antropologia social europeia reunificada. Esta é ao menos

a posição assumida pela *European Association of Social Anthropologists*, mais ocupada com o diálogo entre antropólogos oriundos de tradições nacionais diferentes do que com o diálogo entre as ciências sociais⁶.

Quanto à antropologia social francesa (não obstante seu dinamismo nos estudos definidos pelas áreas culturais – mundo árabe, estudos mongóis, estudos himalaianos – onde ao mesmo tempo cruza erudição linguística e literária e ciências sociais – ciência econômica, geografia, história, ciência política, embora raramente a sociologia seja contemplada e ainda seja definida como ciência da sociedade francesa contemporânea), ela simplesmente não se conscientizou do fim da Grande Divisão. Ela ainda trata com certo desprezo os antropólogos especialistas das sociedades ocidentais, mesmo que eles tenham exercido um papel importante na redefinição da etnografia⁷. Estes últimos, portanto, tentaram reaproximar-se dos sociólogos, tendo por consequência positiva a emergência de um espaço intelectual comum entre sociologia e antropologia das sociedades ocidentais, e como consequência negativa, a tendência ao fechamento desta nova “socioantropologia” no território nacional.

¹ LENCLUD, G. “Le grand partage ou la tentation ethnologique”. In: ALTHABE, G.; FABRE, D. & LENCLUD, G. (orgs.). *Vers une ethnologie du présent*. Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1992, p. 9-39 [Cahiers d’Ethnologie de la France, 7].

² CARRIER, J.G. “Occidentalism: The world turned upside-down”. *American Ethnology*, vol. 19, n. 2, 1992, p. 195-212.

³ BÉTEILLE, A. “Être anthropologue chez soi: un point de vue indien”. *Genèses*, vol. 67, n. 2, 2007, p. 109-130.

⁴ BURAWOY, M. “Revisits: Na outline of a theory of reflexive ethnography”. *American Sociological Review*, vol. 68, n. 5, 2003, p. 645-679.

⁵ Cf. STRATHERN, M. *Kinship at the Core: An Anthropology of Elmdon, a Village in North-West Essex in the Nineteen Sixties*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. • CARSTEN, J. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

⁶ HERTZFELD, M. “Ouvrir les frontières de l’Europe. La géographie bureaucratique d’une discipline”. *Ethnologie Française*, vol. 38, n. 4, 2008, p. 597-604.

⁷ FAVRET-SAADA, J. *Les mots, la mort, le sorts*. Paris: Gallimard, 1977. • ALTHABE, G. “Ethnologie du contemporain et enquête de terrain”. *Terrain*, n. 14, 1990, p. 126-131.

Se voltarmos à história da antropologia social, poderíamos distinguir três momentos na relação que ela entretém com a pesquisa etnográfica: o longo momento clássico, que corresponde ao modelo instituído por Malinowski durante a Primeira Guerra Mundial e que é rompido com a publicação de seu *Diário* em 1968; o momento narrativo, que corresponde a um profundo questionamento do conhecimento antropológico como ciência ocidental; o momento contemporâneo, que recoloca o problema do conhecimento antropológico, insistindo tanto no universalismo da natureza humana quanto na diversidade das pertencas sociais, inclusive em escala individual. O primeiro momento se caracteriza por um relativo silêncio sobre a pesquisa, considerada uma etapa indispensável, mas sem interesse científico; o segundo corresponde a uma “heroização” do etnógrafo, que se transforma em personagem principal da narrativa antropológica. No terceiro momento o etnógrafo é ou transparente, no ramo universalista

e combinatório (já que ele não passa de um representante de uma natureza humana universal), ou, no ramo multi-integrativo, usado como alavanca para o conhecimento científico (é a surpresa, dito diferentemente, da decepção das expectativas mútuas entre os indivíduos caracterizados por pertenças sociais diferentes, que nasceu do conhecimento etnográfico).

O momento clássico, uma vez estabelecida a necessidade de um conhecimento direto por familiarização do observador com a cultura observada, omite simultaneamente a singularidade do etnógrafo e a diversidade de suas pesquisas. A singularidade do etnógrafo evidencia-se com a revisitação da etnografia trobriandiana (Ilhas Trobriand) de Malinowski por Annette Weiner¹⁰, vinculada à clareza sobre a diversidade dos pesquisados seguindo uma linha que permanecia despercebida: a do gênero. Malinowski não pôde ter acesso à vertente feminina da cultura trobriandiana e não teve consciência desta limitação. O questionamento da totalização etnográfica por generalização das observações, forçosamente localizadas e datadas à totalidade de uma “cultura”, seja qual for sua definição, operou-se num segundo momento. Ela levou ao momento narrativo, que reduz o conhecimento etnográfico ao aqui e agora da pesquisa, desta vez enclausurada nas singularidades individuais irreduzíveis do etnógrafo e de seus interlocutores.

Neste momento narrativo, a pesquisa não deságua senão sobre si mesma, e a etnografia não passa de uma narrativa sem raciocínio. Rapidamente teorizado na antropologia americana como uma impossibilidade científica¹¹, este momento levou à publicação de narrativas etnográficas presas aos cânones de vários gêneros literários, da narrativa satírica¹² à epopeia romântica¹³, ao passo que sua onda alcançou a França de forma mais atenuada¹⁴.

Mas o momento narrativo continha em si mesmo o seu próprio antídoto: o conceito de “descrição densa”¹⁵, isto é, a necessidade de abandonar o ponto de vista do observador (para quem nada diferencia uma piscar de olho voluntário de um tique da pálpebra) para adotar o ponto de vista das pessoas observadas. Descrever o real por meio de conceitos autóctones – ou *emics* – não implica ab-

10. WEINER, A. *Women of Value, Men of Renown: New Perspectives in Trobriand Exchange*. Austin: University of Texas Press, 1976 [Trad. francesa: *La richesse des femmes ou comment l'esprit vient aux hommes: Îles Trobriand*. Paris: Le Seuil, 1983].

11. CLIFFORD, J. & MARCUS, G. (orgs.). *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*. Berkeley: University of California Press, 1986.

12. BARLEY, N. *Un anthropologue en déroute*. Paris: Payot, 1986.

13. BEHAR, R. *The Vulnerable Observer: Anthropology that Breaks Your Heart*. Boston: Beacon Press, 1996.

14. “Le texte ethnographique”. *Études rurales*, n. 97-98, 1985, p. 9-114 [Prefácio de Jean Jamin e Françoise Zonabend; argumentação de Jean Jamin].

15. GEERTZ, C. “La description dense – Vers une théorie interprétative de la culture”. *Enquête*, n. 6, 1998, p. 73-105.

dicar da ambição de construir conceitos eruditos – ou *etics*. Por exemplo, existe nas Ilhas Trobriand uma troca de mercadorias sem moeda: o *gimwali*, intercâmbio de bens de consumo cuja produção é fortemente territorializada; existe igualmente uma troca cerimonial de bens preciosos: a célebre *kula*. A diferença entre as duas – melhor que a diferença entre um piscar de olho e um tique da pálpebra, reenviada à natureza humana fisiológica, tratar-se-ia, para seguir a metáfora, da diferença entre duas piscadas de olho que teriam significações diferentes – não é observável senão à condição de restituir a significação autóctone das trocas. No entanto, a *kula*, de conceito autóctone, transformou-se em conceito antropológico, uma vez colocado em relação com outro tipo de troca cerimonial de bens preciosos: o *potlatch* dos índios da Costa Oeste dos Estados Unidos. A *kula* deixa intacta a hierarquia estatutária dos parceiros da troca, já o *potlatch* fabrica hierarquia por seu caráter agonístico, como o observa Mauss na obra *Essai sur le don*, publicada em 1924. É aqui que a exigência formulada por Jean-Claude Passeron¹⁶ para o raciocínio sociológico torna-se pertinente ao raciocínio etnográfico: a “descrição em conceitos” é uma descrição que ao mesmo tempo restitui os conceitos autóctones e se apoia em conceitos eruditos. Esta atenção aos conceitos autóctones, que não abandona o objetivo de uma descrição unificada com a ajuda dos conceitos eruditos, está no coração da antropologia social contemporânea, quando ela consegue fechar as portas às duas tentações que agitam hoje a disciplina: a tentação cognitiva, que corre o risco de reduzir a humanidade à sua dimensão fisiológica¹⁷, e a tentação perspectivista, que corre o risco de reduzir o conhecimento antropológico à sistematização de um ponto de vista autóctone essencializado¹⁸, ou à repetição dos etnossaberes¹⁹.

A pesquisa etnográfica, da forma como ela é concebida no ramo multi-integrativo do momento contemporâneo, em oposição ao seu ramo universalista, pode exercer uma função motora na análise. De fato, é porque as expectativas do etnógrafo e as de seus pesquisados não coincidem que ele pode descobrir, num mesmo movimento, a coerência do mundo social de onde ele procede e aquela do mundo social que ele estudou. Sua luta permanente contra suas próprias interpretações etnocêntricas, armadas pelas reações de seus pesquisados que condenam às vezes severamente seus distanciamentos da norma local de comportamento, lhe oferece a chave de três universos aos quais ele pertence por necessidade profissional: o universo acadêmico, o universo da pesquisa e seu próprio universo social, quando distinto do universo acadêmico. O etnógrafo não é somente um tradutor destes universos e um navegador entre eles; ele é

16. PASSERON, J.-C. *Le raisonnement sociologique – Espace non poppérien du raisonnement naturel*. Paris: Nathan, 1991.

17. BOYER, P. *Et l'homme créa les dieux: comment expliquer la religion*. Paris: Gallimard, 2001.

18. VIVEIROS DE CASTRO, E. “Le don et le donne: trois nano-essais sur la parenté et la magie”. *Ethnologiques.org*, n. 6, 2004.

19. LATOUR, B. *Nous n'avons jamais été modernes*. Paris: La Découverte, 1991.

igualmente um instrumento de conhecimento submetido à experimentação às vezes arriscada, às vezes penosa, que a pesquisa representa para ele. Deste ponto de vista, ele é exatamente uma “testemunha” no sentido primeiro do termo, aquele que simultaneamente vê e sofre e experimenta o distanciamento entre vários mundos. Muitas outras profissões encontram-se nesta mesma situação, por exemplo: cabeleireiros, clínicos gerais, bombeiros, profissões que prestam serviços personalizados, domiciliares, a partir do momento em que estas pessoas se veem confrontadas com universos sociais fortemente heterogêneos. Entretanto, todas elas obedecem a um imperativo de eficácia, ao passo que o etnógrafo so assume um imperativo de conhecimento.

Obviamente, o etnógrafo de universos longínquos, ao menos culturalmente, encontra-se em melhor situação que o etnógrafo de universos próximos para colocar em cena a decepção das expectativas. Tornar-se estrangeiro de si mesmo, no entanto, não é impossível, e esta continua sendo a melhor técnica para aplicar o raciocínio etnográfico aos mundos sociais dos quais o etnógrafo está mais próximo.

Etnografias concorrentes em sociologia, construção dos casos

A reflexão epistemológica em ciências sociais, e mais particularmente em sociologia, para dizê-lo de forma preliminar, guarda, ao longo destas últimas décadas, as marcas da publicação, em 1991, do livro de Jean-Claude Passeron, *Le raisonnement sociologique* (O raciocínio sociológico), que soa como um *adieu* à concepção da epistemologia da ruptura, inspirada em Bachelard e compilada em parceria com Bourdieu e Chamboredon neste texto de combate científico intitulado *Métier de sociologue* (Ofício de sociólogo)²⁰. O livro de Passeron é decisivo na compreensão da maneira com a qual a pesquisa etnográfica em sociologia pôde – ao menos implicitamente – apropriar-se desta epistemologia weberiana preocupada em explorar a indexação dos resultados sociológicos aos contextos históricos e às configurações socioespaciais. Ela “fazia sentido” aos etnólogos, não obstante, sempre propensos a um sentimento difuso de ilegitimidade quanto à possibilidade de generalizar seus resultados, de “exceder em generalidade”, como Boltanski e Thévenot nos estimularam a afirmar. Enquanto os etnógrafos oriundos da antropologia clássica podiam conservar uma epistemologia bachelardiana na qual o “olhar distanciado” (para retomar o título de um livro de Lévi-Strauss publicado em 1983) servia de técnica similarmente eficaz à técnica de ruptura estatística, os etnógrafos lutando por sua legitimidade em sociologia acreditavam poder satisfazer-se com uma epistemologia que desvalorizava as ambições científicas da sociologia estatística. O risco era então o de simultaneamente renunciar à cientificidade da sociologia e da etnografia e, deste lado,

abrir definitivamente as portas às disciplinas científicas despreocupadas com os conhecimentos autóctones.

Mesmo não sendo este o espaço propício para inventariar precisamente as diversas etnografias – aliás, mais concorrentes que complementares – na sociologia francesa, importa, no entanto, ter esta diversidade na cabeça a fim de compreender os modos de raciocínio etnográfico próprios a cada uma destas correntes. Em primeiro lugar, examinemos a etnografia francesa inspirada nas diversas correntes da tradição sociológica de Chicago. A exportação, oficial e reivindicada, de trabalhos etnográficos de Chicago para a França, efetuou-se em meados dos anos de 1970, através de Daniel Bertaux, que passou da sociologia quantitativa da mobilidade social à sua crítica radical, adotando o método das “histórias de vida”²¹. Ela prolongou-se com o esforço de tradução e difusão dos trabalhos de Everett Hughes e Howard Becker pelo grupo reunido ao redor de J.-M. Chapoulie (Briand, Peneff, Peretz), que progressivamente foi acordando um primado à observação direta sobre outras técnicas de pesquisa etnográfica (entrevistas, biografias, cartografia). Aqui, contrariamente ao método pregado por Bertaux, o etnógrafo desconfia da palavra dos pesquisados, utiliza a *minima* e com extrema precaução as entrevistas, concentra-se na observação *in situ* das práticas (notadamente de trabalho), no local pesquisado, já que somente esta observação direta permite apreender a verdade das práticas, para além das justificações ou racionalizações autorizadas pela palavra presente na entrevista. Ele serve-se rigorosamente de um diário de campo, anota precisamente suas observações, em geral escritas posteriormente, em seu gabinete de etnógrafo, ou rabiscadas nos interstícios de seu período de trabalho (cf. o cap. de Nicolas Jounin e Sébastien Chauvin). É a repetição prolongada destas observações diretas (ou participantes) que contribui na produção de um material homogêneo, do qual o etnógrafo vai extrair um raciocínio fundado na “observação analítica”, cuja virtude é a de fazer emergir da situação de pesquisa os conceitos adequados da atividade social dos pesquisados. Este modelo de raciocínio resolutamente indutivo, de um lado é fortemente associado a uma concepção interacionista das relações sociais e, de outro, a uma concepção pouco implicada do etnógrafo que frequentemente trabalha “dissimulado” (observação *incognito* no ambiente pesquisado), ou que age friamente como analista daquilo que à distância observa²².

20. BERTAUX, D. “Mobilité sociale biographique: une critique de l’approche transversale”. *Revue Française de Sociologie*, vol. 15, n. 3, 1974, p. 329-362. • *Histoires de vie ou récits de pratiques? – Méthodologie de l’approche biographique en sociologie*. Rapport au Cordes, 1976. • *Le récits de vie*. Paris: Nathan, 1997 [“Collection 128”].

21. Esta etnografia sem dúvida deve muito ao ambiente de trabalho assalariado no qual ela se desenvolve mais frequentemente, o que explica ao mesmo tempo seu fraco interesse para as narrativas de práticas – é muito difícil descrever suas próprias atividades de trabalho – e sua prática rotineira da observação “dissimulada”, mais difícil de realizar e justificar em outros contextos. O mais surpreendente é que ela pouco dialoga com a ergonomia.

Se dermos crédito às afirmações de Glaser e Strauss (cf. obra não traduzida para o francês: *The Discovery of Grounded Theory*, 1967), a pesquisa etnográfica só pode ser tida por concluída quando os dados da observação já não produzem mais elementos novos, ou seja, quando a pesquisa corresponde à “saturação dos dados”. Na França, este livro foi relido em perspectivas muito distintas: de um lado, como uma forma de raciocínio etnográfico fundamentalmente objetivista, induzindo o etnógrafo a transformar-se em observador neutro das práticas, sem preocupar-se com a forma com a qual os pesquisados “agem com” uma identidade herdada; de outro, como uma maneira com a qual cada pesquisado torna-se historiador ou romancista de si mesmo, e onde o etnógrafo – à semelhança de alguns especialistas de “arquivos orais” – transforma-se em escriba atento das palavras autóctones, sem, no entanto, interrogar-se sobre o contexto de enunciação destas palavras. Um distanciamento mínimo permite afirmar que estas reivindicações militantes e antagonistas entre uma etnografia reduzida à análise, localizada e repetida, de interações e uma “perspectiva etnossociológica” sobre histórias de vida, ambas fundamentadas em elementos teóricos diferentes, sem exceção serviram de munição contra a sociologia de Pierre Bourdieu, dominante no campo intelectual e alcançando a mais alta notoriedade com a eleição do próprio Bourdieu, em 1982, como diretor do *Collège de France*.

Nesta etnografia analítica, a ordem social compõe-se de uma multiplicidade de ordens sociais sempre negociadas pelos atores: nenhuma necessidade de recorrer ao *habitus*, e aos efeitos de histerese, para compreender os processos de construção da ordem social²³. É por isso que ela é tão eficaz no estudo de organizações fechadas sobre si mesmas e de profissões que devem pouco às macroestruturas que são o Estado e o capitalismo, bem como um hospital, as profissões liberais, as profissões de serviços. Para estas correntes, a pesquisa etnográfica não tem a obrigação de validar hipóteses macrosociológicas forjadas fora do contexto de pesquisa. Bourdieu repetidas vezes batalhou contra a análise interacionista (“a verdade da interação não se situa na interação”), mas parece que ele, nesta frente de luta no campo da sociologia, tenha de certa maneira deixado falar em seu nome os membros de sua equipe, que desenvolveram trabalhos resolutamente etnográficos (Y. Delsaut, M. Pialoux, A. Sayad) – que podem ser considerados, com o devido recuo, como os pioneiros daquilo que Olivier Schwartz denominou “etnografia reflexiva”. Esta última mobiliza os diversos instrumentos da pesquisa etnográfica sem hierarquizá-los *a priori*, esforçando-se para ajustar o instrumento de pesquisa ao objeto de pesquisa. Quando Sayad buscou estudar as diversas gerações sociais de imigrantes argelinos na França, ele procedeu principalmente por longas entrevistas biográficas (em língua árabe o mais frequentemente), mas ele recorreu igualmente aos dados do estado

23. STRAUSS, A. (org.). *La trame de la négociation – Sociologie qualitative et interactionnisme*. Paris: L'Harmattan. Cf. a introdução de Isabelle Baszanger, 1992.

civil recolhidos nos vilarejos do país de origem²⁴ (tratando-os estatisticamente), aos documentos fotográficos etc. Quando Yvette Delsaut quis mostrar a diferenciação dos ambientes populares franceses do norte da França, ela tomou por objeto um casamento entre duas famílias de operários do Norte, uma em via de ascensão social, outra enraizada na classe operária estável; e ela observou, por ocasião dos preparativos do casamento e por ocasião da cerimônia e da noite festiva, os diferentes tipos de relações de classe que se exercem entre os protagonistas destas duas frações da classe operária²⁵. Quando Michel Pialoux empreendeu um longo trabalho biográfico com um operário de Sochaux, OS (operário especializado) e militante CGT, foi para compreender as contradições sociais de um militante operário e também para contornar as grandes dificuldades de realizar um trabalho de observação participante no ambiente fechado do sindicato local²⁶.

Fundamentalmente, uma das teorias mais adaptadas à análise etnográfica é a teoria das correntes de interdependência, da forma como ela foi sistematizada por Norbert Elias na obra *Qu'est-ce que la sociologie?* (O que é a sociologia?). Concebido como uma generalização do conceito de “schismogênese” proposto por Gregory Bateson desde 1936 em seu livro *Naven*, uma etnografia dos Iatmul da Nova Guiné, o modelo teórico de Elias²⁷ repousa sobre a recusa de um individualismo metodológico que hipostasia um indivíduo fisiológico suposto preexistir à influência de outrem, dotado de constância psicológica, fechado em seu ser (*homo clausus*). Em vez de recorrer a este modelo individualista, pejado ao mesmo tempo nos estudos cognitivos, em ciências econômicas e em determinadas escolas sociológicas (Coleman, Boudon), Elias retoma o modelo interacionista “forte” de Bateson, no qual é a interação que produz indivíduos parceiros: A torna-se A, à medida que B comporta-se com A de uma determinada forma, e reciprocamente. Bateson descreve duas possibilidades: “schismogênese” (ou gênese por diferenciação) simétrica e “schismogênese” complementar. A primeira concerne às interações por ocasião das quais tem início uma rivalidade positiva: para tomar um exemplo do *potlatch*, A é muito mais generoso que B, e a espiral dos comportamentos generosos deságua na guerra dos presentes descrita por Mauss, nas sendas de Boas. A segunda concerne às interações a partir das quais começa um reforço das complementaridades: para retomar desta vez o exemplo da generosidade (dom) sem retorno, a humilhação de A é muito maior que a

24. SAYAD, A. “Les trois âges de l'immigration”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 15, 1977, p. 59-79.

25. DELSAUT, Y. “Le Double mariage de Jean Céliste”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 4, 1976, p. 3-20.

26. PIALOUX, M. “Chroniques Peugeot”. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 52-53, 1983-1984, p. 88-95; n. 54, 1984, p. 57-69; n. 57-58, 1985, p. 108-128; n. 60, 1985, p. 72-74.

27. ELIAS, N. *Engagement et distanciation*. Paris: Fayard, 1993.

generosidade de B, e a espiral generosidade-humilhação culmina no reforço da relação hierárquica entre o “rico generoso” descrito por Mauss e o pobre condenado a receber sem poder retribuir. Para generalizar tal modelo, o da dinâmica da interação na direção das correntes de interdependência, é necessário levar em conta ainda os efeitos próprios das instituições, concebidas como relações sociais cristalizadas, segundo as formulações de Maurice Halbwachs, na obra *Les cadres sociaux de la mémoire*, 1925 (Os quadros sociais da memória). Encontramos aqui os efeitos de histerese colocados em epígrafe por Pierre Bourdieu, sem, no entanto, a obrigatoriedade de conservar o conceito de *habitus*, à medida que o processo de socialização compreendido na teoria dos *homines aperti* se torna múltiplo e permanente.

Estes modelos de “schismogênese” apresentam a grande vantagem de permitir pensar concretamente o processo de socialização. Relativamente fáceis de descrever quando a interação se produz somente entre dois parceiros, estes modelos se tornam mais complexos quando, por exemplo, se leva em conta as correntes de interdependência descritas por Elias na obra *La société de cour*, onde todos os comportamentos sociais dependem da configuração das relações de poder, em seu aspecto dinâmico (já presente na análise das “schismogêneses” binárias), entre rei, aristocratas e seus dependentes, incluindo os mais distantes. O modelo proposto por Elias em *Qu'est-ce que la sociologie?* é dotado de tamanha extensão que ele se aplica aos inícios da pré-história e se estende à humanidade inteira. Com a condição de pensar a especificidade da interação à distância, isto é, mediada por dispositivos como a escrita, a correspondência, os instrumentos de administração, o telefone, a internet etc., e, além disso, os objetos materiais que, como o espaço de uma cidade, dão sua forma e sua significação às interações, mas também as instituições às quais as correntes de interdependência, mais ou menos longas, devem sua existência.

O que faz, pois, o etnógrafo quando ele observa um segmento destas correntes de interdependência? Ele toma duas decisões cruciais sobre as quais ele não tem na realidade um domínio completo: onde começar a pesquisa e onde terminá-la. Estas duas decisões determinam o perímetro do “caso” que ele estuda. Impossível aqui raciocinar genericamente: é a questão que ele coloca e o domínio da realidade social que lhe interessa que, de um ponto de vista científico, determinam estas duas decisões; ao passo que são as oportunidades que a ele se oferecem que as determinam de um ponto de vista social, e que dependem ao mesmo tempo do mundo estudado e de suas próprias características singulares.

Tradicionalmente – dos anos de 1950 aos anos de 1980 – as monografias eram determinadas pelos recortes do mundo social: um vilarejo ou um bairro, uma empresa ou uma oficina, uma rede de relações mafiosas, um complexo prisional, um local de mercado etc. As fronteiras da pesquisa de alguma maneira impunham-se ao etnógrafo, que podia igualmente refletir, por exemplo, sobre

a ausência de superposição perfeita entre os territórios de competência de tal ou tal administração política²⁸, ou entre áreas de interconhecimento especializadas²⁹.

Num segundo momento, a pesquisa etnográfica empenhou-se em seguir as meadas de uma rede de relações, seguindo a técnica denominada “bola de neve”. A questão da delimitação das fronteiras da pesquisa tornou-se então mais delicada: numa rede de parentesco, por exemplo, onde parar, quando cada pesquisado está preso a uma rede egocentrada e que nada justifica *a priori* que se privilegie a rede de tal pesquisado antes que a rede de outro? Aqui ainda, nada de resposta geral: a rede deixa de ter sentido quando não responde mais à questão colocada (p. ex., a rede de assistência a uma pessoa dependente cessa quando o novo pesquisado não é informado da dependência desta pessoa), ao passo que o pesquisador pode encontrar bloqueios no prosseguimento de sua pesquisa, e que devem ser explicados³⁰.

Num terceiro momento, a pesquisa etnográfica conseguiu desdobrar-se não mais horizontalmente, ao largo de uma rede de relações fracamente hierarquizadas entre pessoas que se conhecem – como uma parentela ou uma rede de militantes globalizados –, mas verticalmente, ao largo de toda uma escala de poder cujos protagonistas forçosamente não se conhecem, embora dependentes uns dos outros pelas diversas modalidades, materiais e simbólicas, de governança a distância. É aqui que a teoria do mundo social como vasta malha de correntes de interdependência assume sua significação plena. O etnógrafo pode então tentar percorrer os diferentes níveis de uma cadeia hierárquica, reencontrando as técnicas da pesquisa da sociologia das organizações, mas exteriormente a qualquer organização fechada. Por exemplo: para estudar um conflito sobre a implantação de uma mina de extração de ouro na cordilheira dos Andes, o etnógrafo deverá necessariamente pesquisar *in loco*, mas igualmente acompanhar os advogados do grupo de mineiros implicados, ou seja, participar das reuniões do grupo por ocasião das quais as decisões são tomadas. Ou ainda: para estudar a elaboração de pareceres sobre os riscos de guerra, civil ou não, no mundo, bem como seus efeitos, o etnógrafo deve frequentar os lugares, acompanhar a previsão destes peritos nos locais implicados, e igualmente frequentar os lugares onde estes peritos divulgam seus pareceres, como salas de reuniões, embaixadas, encontros internacionais.

28. CHAMBOREDON, J.-C. “Carte, désignations territoriales, sens commun géographique: les noms de pays’ selon Lucien Gallois”. *Etudes Rurales*, n. 109, 1980, p. 5-54.

29. MAGET, M. *Remarques sur le village comme cadre de recherches anthropologiques*, 1955. [Reed. in: *Cahiers d'économie et Sociologie Rurales*, vol. 11, n. 2, 1989, p. 77-91].

30. GRAMAIN, A.; SOLTRENON, E. & WEBER, F. “Standardiser des monographies de familles – Une enquête par questionnaire en milieu d’interconnaissance”. *Ethnographiques*, n. 11, out./2006 [Disponível em http://www.ethnographiques.org/2006/Gramain_et_al.html].

No fundo, a questão que atormenta o etnógrafo, ou mais exatamente o sociólogo-etnógrafo trabalhando em campo sociológico, parece ser a seguinte: Poderia o raciocínio etnográfico, por si mesmo, sustentar-se a partir de dados exclusivamente etnográficos? Ou, ao contrário, seria necessário o suporte de dados suplementares? Se, como para os outros métodos, uma confirmação dos resultados etnográficos por outros dados não pode ser nociva, parece assim mais útil mostrar então o que somente a etnografia conseguiu fazer: a abordagem comparativa vinculada a distância cognitiva entre o pesquisador e seus pesquisados, herdada de seu passado etnológico, permite ao entrevistador-pesquisador deslazar-se do etnocentrismo erudito – anacronismo, etnocentrismo cultural, etnocentrismo de classe – ao qual correm o risco de cegamente reconduzir os outros métodos, sobretudo por colocarem sua exigência de rigor metodológico baseado mais na “prova” que na construção dos “dados”. A força heurística da etnografia sem sombra de dúvida vincula-se a seu poder indutivo – em outros termos, à sua capacidade de trocar de questões e de hipóteses ao longo do caminho.

Enfim, não podemos senão desejar um aprofundamento desta discussão, notadamente em nível internacional, como os três colóquios *Ethnografeast*³¹ começaram a fazê-lo. De nossa parte defenderemos uma concepção extensiva do estudo de caso, ao mesmo tempo horizontal (seguir as redes para onde elas vão) e vertical (voltar às correntes de interdependência hierarquizadas), e insistiremos na importância crucial do “ponto de entrada” do etnógrafo no mundo social, ligado às questões que ele se coloca e às oportunidades das quais ele dispõe. É por essa razão que os etnógrafos começaram a falar de etnografia multissituada³². O desaparecimento da evidência monográfica, outrora vinculada à territorialização das interações significativas, assemelha-se à crescente importância e diversificação das interações a distância. Se outrora estas últimas se limitavam à correspondência epistolar e à escrita administrativa, às apalpadelas elas hoje proliferam, sobretudo com o surgimento das novas tecnologias da informação e da comunicação. Hoje, pelo alastramento destas teias, é possível perceber uma transformação na divisão do trabalho social, sobretudo por diluírem a coerção hierárquica institucional. Desta forma, e igualmente, as modalidades de governo a distância se transformam: basta lembrar que os Estados, notadamente coloniais, viram-se suplantados pelas grandes empresas e pelas organizações não governamentais. A etnografia multissituada pode ser uma resposta à complexificação do mundo social, mas igualmente uma vontade de melhor avaliação com os instrumentos tradicionais do etnógrafo: seu corpo³³, sua memória, seu

diário. Mas ela é igualmente – e a ambiguidade mereceria ser suprimida – uma nova forma de colocar em relação similaridades de casos. A etnografia multissituada coloca então a questão da acumulação dos casos: Ela impor-se-ia? Como parar? O que podemos fazer com isso? A nosso ver, urge multiplicar as questões colocadas, principalmente no campo da antropologia social, que merecem ser conhecidas e debatidas no campo da etnografia sociológica francesa, em suas diversas componentes.

31. Berkeley, 2002. Paris, 2004. Lisboa, 2007.

32. MARCUS, G. “Ethnography in/of the world system: The emergence of multi-sited ethnography.” *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press, 1998, p. 79-104.

33. WACQUANT, L. *Corps et âme – Carnets ethnographiques d'un apprenti boxeur*. Marseille: Agone, 2002.